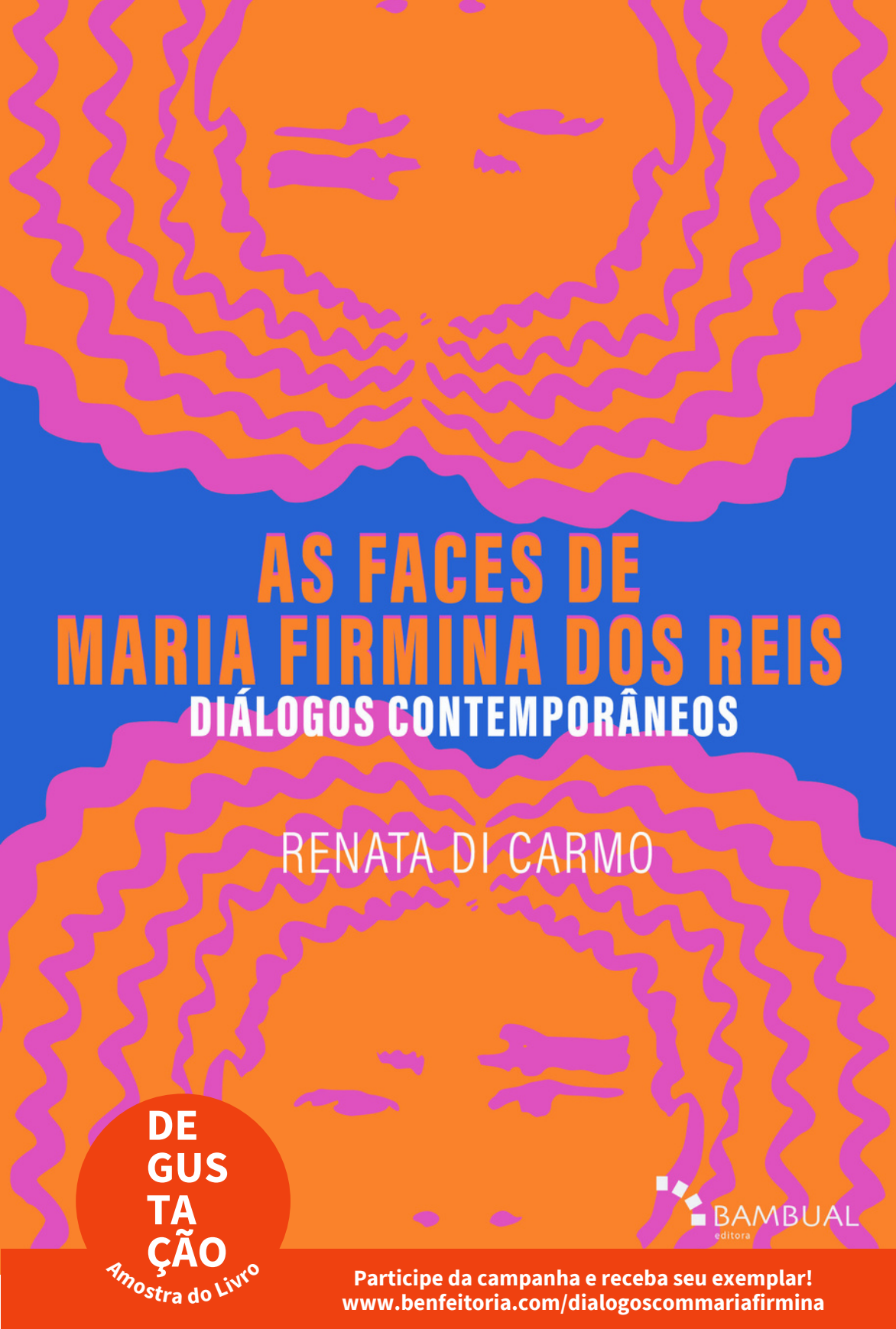


A stylized, high-contrast illustration of a face, likely Maria Firmina dos Reis, rendered in orange and pink wavy lines against a blue background. The face is composed of thick, wavy outlines that define the features, including the eyes, nose, and mouth. The overall style is graphic and modern.

AS FACES DE MARIA FIRMINA DOS REIS

DIÁLOGOS CONTEMPORÂNEOS

RENATA DI CARMO

DE
GUS
TA
ÇÃO

Amostra do Livro



BAMBUAL
editora

Participe da campanha e receba seu exemplar!
www.benfeitoria.com/dialogoscommariafirmina

ESTE ARQUIVO É SOMENTE UMA

AMOSTRA DO LIVRO

para que você conheça um
pouco de seu conteúdo.

PARTICIPE DA CAMPANHA DE
FINANCIAMENTO COLETIVO E
RECEBA SEU EXEMPLAR!

www.benfeitoria.com/dialogoscommariafirmina

Mais informações:

conexao@bambuaeditora.com

+55 21 99648 0604 (whatsapp)

Sumário

Introdução	4
1. Maria Firmina dos Reis e Lélia Gonzalez: <i>Griottes</i> em diálogo	16
2. Maria Firmina dos Reis e o lugar de fala de Djamila Ribeiro	64
Conclusão	128
Referências Bibliográficas	140

Introdução

14 de março de 2018. Estávamos as quatro no escritório quando chegou ao celular uma mensagem de Whatsapp. A vereadora Marielle Franco havia sido assassinada. Quatro tiros na cabeça. Anderson, o motorista, havia sido assassinado. Três disparos nas costas. Eu disse em voz alta: “impossível”! Permaneci estática enquanto tentava assimilar aquela notícia absurda. Eu encarava Léia, Djamila e Maria; como se esperasse que elas concordassem comigo: aquilo era mais uma *fakenews*, mais um caso de racismo, coisa de *haters*. Mas houve apenas um olhar mais profundo em direção ao meu, um não, três. Desviei, sobretudo do olhar de Maria, que havia sonhado com Marielle na noite anterior, ou teria sido na semana passada? – não sei, ando com dificuldades com essas questões de mensurar o tempo. Passado, presente, futuro: tenho tido a sensação de que são constantemente a mesma massa de temporalidades amalgamadas.

Aquilo não fazia sentido. Há meia hora, em transmissão ao vivo pelo Facebook, eu ouvia Marielle no debate da Casa das Pretas, na

Lapa, no evento “Jovens Negras Movendo as Estruturas”¹. Em sua última fala ela citou a escritora e feminista Audre Lorde, americana de descendência caribenha: “Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas”. De repente, as palavras tinham fugido. Não havia conversa no escritório. Nenhum diálogo. Apenas silêncio e um peso no ar, como se o teto tivesse descido ao nível de nossas cabeças, querendo comprimir os nossos corpos, achatando-os, até não existirem mais. Olhei no computador, não eram *fakenews*. Marielle havia movido estruturas demais. Quatro tiros. Caixaão fechado. Silêncio. Dor no estômago. Vertigem. Pranto desesperado. Uma voz que ecoava bem baixo para depois virar grito partilhado: Lélia Gonzalez e Djamila Ribeiro encaravam Maria Firmina dos Reis, que, com os olhos enfiados no vazio, olhar firme e atrevido, repetia trechos da oração que algum dia, não sei quando nem onde, Maya Angelou, a ativista, lhe ensinou:

Você pode me riscar da História
Com mentiras lançadas ao ar,
Você pode me arrastar no pó
Mas ainda assim, como o pó, eu vou me levantar.
[...]

Minha altivez o ofende?
Não leve isso tão a mal,

¹ Para assistir ao último debate que a vereadora Marielle Franco participou antes de seu assassinato, acessar o link: <https://www.youtube.com/watch?v=meKepBFqSs8>.

Porque eu rio como se eu tivesse minas de ouro no meu quintal. [...]

Das amarras dessa História escandalosa

Eu me levanto

Acima de um passado que está enraizado na dor

Eu me levanto.

Trazendo os dons que meus ancestrais me deram,

Eu sou o sonho e as esperanças do homem escravizado.

Eu me levanto

Eu me levanto

Eu me levanto!²

Quando a filósofa norte-americana Angela Davis esteve no campus da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), na cidade de Cachoeira, em 2017, para proferir a conferência de abertura do curso internacional “Decolonial Black Feminism in The Americas”, afirmou:

Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras, muda-se a base do capitalismo.³

² O poema foi publicado em 1978. Para conferir o poema completo “Still I Rise (Ainda assim eu me levanto)”, de Maya Angelou, acessar: <https://www.geledes.org.br/maya-angelou-ainda-assim-eu-me-levanto/>.

³ Para assistir à palestra completa de Angela Davis no campus da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em 2017, acessar: <https://www.youtube.com/watch?v=cbg1g55QHoY>.

Angela certamente não sabia que, no início do ano seguinte, mulheres negras se apropriariam de suas palavras para criar o debate “Jovens Negras Movendo as Estruturas”, onde a quinta vereadora mais votada da cidade do Rio de Janeiro, Marielle Franco, faria o seu último discurso. Mas, certamente, depois do ato, as palavras da filósofa nos ajudam não apenas na tentativa de compreensão do incompreensível, mas também a estarmos alertas às dinâmicas do poder em suas investidas constantes de inclusão e exclusão.

Nesse sentido, diante do assombro do vazio experiencial, entre a tentação de abandonar minha proposta inicial de abordagem, que se ancorava na produção intelectual de mulheres negras como gesto de inscrição no mundo e ruptura dentro de um sistema de representação racista, machista e misógino, ou insistir nesta reflexão, decidi investir na imanência do gesto, tanto o delas como o meu. Assim, a minha caminhada de mãos dadas se dá ao lado de Maria Firmina dos Reis, Lélia Gonzalez, Djamilá Ribeiro e Marielle Franco, além de tantas outras vozes que convoco como interlocutoras no presente estudo. De certa maneira, pode-se dizer que se trata de um caminho compartilhado.

Pondero que seja uma prática ímpar dar as mãos a outras, e mesmo a outros, que se propuseram a ousadia da reflexão, pavimentando caminhos para que o nosso exercício de escuta e de fala ecoe em outros corpos. Convido estas vozes femininas a fim de, através delas, em suas particularidades, observar as capacidades das mulheres negras de interferirem politicamente no mundo, valendo-se da palavra

como forma de inscrição política, e entendendo a linguagem como mecanismo de manutenção de poder, ou de desconstrução de narrativas e desnaturalização de um olhar construído dentro de uma ordem escravagista e colonial.

Considero que lançar os olhos sobre o presente imediato é observar a história como uma contiguidade de tempos presentes, fomentados não em perspectiva causal, mas em simultaneidade. Deste modo, é possível refletir sobre a abolição como um processo de tornar-se livre que ainda se encontra em andamento, como uma construção em curso. É por este viés que proponho pensar a produção das mulheres supracitadas, em seus processos de elaboração de liberdade, em suas formas próprias de criação de deslocamentos simbólicos através da palavra – considerando atentamente as diferentes matrizes de ação política de cada uma. No cotejar de consonâncias e dissonâncias, deseja-se, sobretudo, evidenciar o que há de específico em suas produções.

A proposta está ligada à visão de que as mulheres experimentam a opressão em configurações variadas e em diferentes graus de intensidade, sendo isto também um elemento determinante na maneira como se movimentam no contexto da disputa de narrativas. Os padrões culturais de opressão não só estão interligados, mas também estão unidos e influenciados em sistemas interseccionais produzidos pela sociedade. Exemplos disso incluem “raça”, gênero, classe, capacidades físico-mentais e especificidades culturais. Desta

forma, o feminismo interseccional diz respeito à intersecção entre diversas opressões, seja de gênero, de “raça” e de classe social.

Partindo de um disparador comum, a execução da vereadora Marielle Franco, propomos refletir sobre a produção textual como o campo de construção de sentidos no mundo e para o mundo – portanto a narrativa como espaço de disputa. Nesta perspectiva, vislumbramos confrontar uma voz comum, esta que vaza e transborda de seu próprio corpo, que é construída na coletividade, que vocifera em “outros” corpos, que se reconhece mesmo que dessemelhante em olhares “outros”, e até em “outras” formas de escrever e partilhar o mundo, mas que comunga uma proposta de ação comum – uma voz que é corpo e que está imbricada nele de forma indissociável. Este corpo, que é individual e é coletivo, que transita dentro de um processo temporal esburacado, é também o corpo de que fala Maya Angelou em seu poema já citado, nas palavras “trazendo os dons que meus ancestrais me deram, eu sou o sonho e as esperanças do homem escravizado”.

A perspectiva deste tempo não inteiriço entende este corpo como uma perturbação na construção narrativa oficial, esta que opera dentro da lógica disjuntiva que “a colonização e a modernidade introduziram no mundo [...] como um empreendimento profundamente desigual, mas global”⁴. Este tempo lacunar se constitui da co-presença dos sujeitos antes isolados geográfica e historicamente,

⁴ HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 32.

mas não da co-pertença. Nesta emenda discursiva e mítica, o corpo chamado neste livro como individual e coletivo ao mesmo tempo é a encarnação da história, da palavra e da argumentação — ele é rasura incontestável. A voz que vaza, portanto, deste corpo distinto e múltiplo, marcado pela racialização, ecoa pelos labirintos e encruzilhadas do tempo-espaço, onde passados e presentes se imbricam de forma suplementar. Este tempo constituindo-se, portanto, como lugar de falha,⁵ através da qual é possível entrever tantos outros lados.

O espaço que Marielle Franco ocupa é um espaço tomado, um lugar construído dentro de uma dinâmica maior, uma disputa que não se resumiu, e não se resume, a seu próprio espaço-tempo. Assim, tanto a sua forma de estar no mundo, a tentativa de apagamento e silenciamento que sofreu, quanto o seu legado, nos obrigam a meditar sobre esta voz que vaza das limitações do corpo físico, e que reverbera em corpos “outros”. Tomar como investida inicial para um campo de reflexão a tentativa de silenciamento deste corpo, não apenas o de Marielle, mas de um corpo social, é perlaborar, individual e coletivamente, sobre quem somos como agentes sociais, bem como sobre as ferramentas que disponibilizamos para este exercício. Isto posto, o verbo – perlaborar – define um pouco da ação, já que o

⁵ Considerando que a reivindicação de um lugar de fala pressupõe a ausência da voz de sujeitos subalternizados, e que por isso mesmo necessitam disputar um espaço ausente nos debates, a proposta do lugar de *falha* surge como uma possibilidade de pensar com a elaboração do “lugar de fala” de Djamilia Ribeiro (2017).

exercício da perlaboração se propõe a um trabalho de travessia, expressa um sentimento ou sofrimento transmutado, ou em esforço contínuo. De antemão, estamos atravessados.

Atentarmo-nos para o fazer de Maria Firmina dos Reis, Lélia Gonzalez e Djamila Ribeiro é uma demanda de perlaboração que requer pensar sobre processos democráticos. Trata-se, nas palavras de Djamila, de propor “novos marcos civilizatórios para que pensemos em um novo modelo de sociedade”⁶. Portanto, o que estamos, particularmente, chamando neste livro de “projeto” é, em específico, o que subjaz à produção intelectual destas mulheres, é o que está nas brechas de suas escritas, é o que comungam como projeto político. No horizonte de uma estética como política, o que se quer é incluir, dentro do debate epistemológico, uma gama de novas perspectivas, subjetividades e percepções.

Objetiva-se promover trânsito entre os discursos de Maria Firmina dos Reis, especificamente a partir do romance *Úrsula* (2018 [1859]), e as reflexões das intelectuais brasileiras Lélia Gonzalez e Djamila Ribeiro. Acreditamos que, nas entrelinhas do romance de Maria Firmina dos Reis, se arma uma investida político-pedagógica que reflete as preocupações sociais da autora e que, em nossa leitura, esbarram tanto nas inquietações de Lélia Gonzalez quanto nas de Djamila Ribeiro. A escrita da primeira permite uma abertura no tempo,

⁶ RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017, p. 16.

uma falta de consonância com as formas possíveis de intervenção nas datações balizadoras de sua própria época. Sua escrita se veste de uma roupagem de folhetim do século XIX para, com tintas de romance romântico, tomar atitude política contra as injustiças e as ferramentas que alicerçam a sociedade patriarcal brasileira.

Caminhar com essas mulheres por estas trincheiras é, de antemão, intuir que Lélia Gonzalez, Djamila Ribeiro e Marielle Franco são, elas próprias, transmutações de um signo, são incisões no imaginário, no campo das ideias e no plano físico – e estas instâncias do existir se retroalimentam mutuamente. Como mulheres-eco elas são potencialmente reverberações de Firmina, onde há sempre processos de transculturação e ressignificação em curso. O intuito é o de fomentar entre elas e Firmina uma espécie de confronto de ideias, vasculhar os espasmos de reflexão capazes de substanciar a compreensão deste tempo dinâmico em questão, sobre, e sob, o qual atuam, em um processo de interação, iteração e rasura.

Marielle Franco assume aqui, de seu lugar disparador, o gatilho a partir do trágico abismal. Sua voz e sua consciência potencializam as reflexões à medida que pairam sobre nossas inquietações como materialização do horror, do indizível, do transcendente. Tomo emprestadas algumas de suas falas e assumo nesta proposta a sua ausência cortante, a concretude mesma da falta – o confronto com o vazio, que ainda assim nos diz.

No primeiro capítulo, Lélia Gonzalez se encontra com Maria Firmina dos Reis a partir da aproximação do romance *Úrsula* com os

textos “Por um feminismo afro-latino-Americano” (1988), “Mulher negra, esse quilombola” (1981), “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (1983), “A categoria político-cultural de amefricanidade” (1988), “A democracia racial: uma militância” (2000)”, “A juventude brasileira e a questão do desemprego” (1979) e o capítulo “O movimento negro na última década”, escrito pela filósofa para o livro *Lugar de negro* (1982), organizado em parceria com o professor Carlos Alfredo Hasenbalg. Acredito que, das elipses do texto de Maria Firmina dos Reis, os ecos de Lélia Gonzalez ressoem. A voz da intelectual nos potencializa na perspectiva da existência de uma hierarquização de saberes como produtos da classificação racial da população, assim como problematiza a história dominante do feminismo, além de evidenciar processos de insurgências e a produção de narrativas invisibilizadas pelos regimes de autorização discursiva.

No segundo capítulo, apresento Djamila Ribeiro a “Úrsula”, para que juntas(os) possamos refletir sobre “O que é lugar de fala?”⁷. Dentro da indagação que Djamila traz em seu livro, diversas questões estão implicadas, e lá como cá, nos abre um leque de possibilidades. Creio que possamos pensar sobre o romance no imbricamento desta provocação, já que a partir da diversidade de experiências podemos relativizar a padronização de uma visão universal. Na proposta de um debate estrutural, interessa pensar a localização social como uma forma de experienciar as opressões e gerir a vida. Acessamos aqui estas quatro

⁷ RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

mulheres, seus corpos, em texto, expostos. Sem pele. Com pele. Sem. Corpos escritos, portanto.

A leitura da produção intelectual das mulheres selecionadas, a qual tomamos partes, pode ser entendida como a produção de fissuras em um sistema canônico estratificado, fruto do colonialismo, e que, por consequência, evidencia esta produção como suplementar além de fundamental, à medida que diz respeito à nossa complexa formação social. Neste sentido, os textos que elas operam são como cisões em um organismo vivo. Este que se impõe, rechaça e negocia formas de inserções dos subalternizados, na proporção desigual de sua resistência a eles. Investigar por entre os caminhos deixados por essas pensadoras, nas formas como personificam sua escrita e seu percurso intelectual é, por conta disso, incorrer em entraves históricos, mas é sobretudo sabê-las, por conta destes mesmos processos, agentes da história.

Cito, para iniciar a travessia, Negra Susana, personagem de Maria Firmina dos Reis, que nos idos de 1859 dizia que:

a alma está encerrada nas prisões do corpo! Ela chama-o para a realidade, chorando, e seu choro, só Deus compreende! Ela, não se pode dobrar, nem lhe pesam as cadeias da escravidão; porque é sempre livre, mas o corpo geme, e ela sofre, e chora; porque está ligada a ele na vida por laços estreitos e misteriosos⁸.

⁸ REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**: romance; A escrava: conto. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018, p. 44.

Convoco estas vozes femininas a fim de, através delas, em suas particularidades, observar as capacidades das mulheres negras de interferirem no mundo valendo-se da palavra como forma de se inscreverem/escreverem no mundo. Assim, me arrisco a dizer que nesta “conversa” – que pretendo estabelecer entre elas – eu assumo o modesto papel de anfitriã, que cede a casa – o papel – para que a convidada especial, uma ilustre maranhense, Maria Firmina dos Reis, dialogue com outras mulheres, que, suponho, ela terá prazer em conhecer. Desta forma escuto, observo e aprendo, interrompendo-as quando já não me contiver com minhas questões, ou quando julgar fundamental introduzir alguma outra voz, igualmente interessante, para o horizonte das reflexões que me aventuro agora a intermediar

1.

Maria Firmina dos Reis e Lélia Gonzalez: *Griottes* em Diálogo

Eu não serei interrompida.

Marielle Franco

(1979 - ...)

A escrita assentada em uma leitura feminina de mundo, feminina e negra, permite-nos aproximar as ações da escritora Maria Firmina dos Reis e da intelectual Lélia Gonzalez, visto que no cerne das investidas de ambas se encontra uma partilha de discussões e questões que se reconhecem, e que, desta maneira, disputam projetos alinhados a um mesmo universo de preocupações. Como pilar destas reflexões emerge um olhar refratado, que ao saber-se feminino, e assim excluído, e, sobretudo feminino-negro, portanto duplamente excluído, se levanta como crítica ao sistema que lhe é evidentemente opressor e que lhe quer subalternizado. De início, como portadoras dessa voz, única e coletiva ao mesmo tempo, essas *griottes* afro-brasileiras estão em diálogo.

Uma *griotte* é uma guardiã da tradição oral de seu povo, uma especialista em genealogia e em história. Está no âmbito da griotagem conservar a memória coletiva, informar, educar e também entreter. A

reverência que a cultura africana mantém em relação aos seus “mais velhos” é fruto da valorização e da conservação do conhecimento, este que não está circunscrito a alguns, pelo contrário, é sempre compartilhado. “A benção aos meus mais velhos” é algo que pessoas negras costumam dizer, ou melhor, pedir, também aqui, nesta diáspora mediada, neste esforço de rememoração e repovoamento de imaginário, onde estão todas aquelas, e aqueles, que se dedicam a salvar a palavra, a narração, os mitos, a memória.

Segundo o intelectual malinês Amadou Hampâté Bâ (2010), “a própria coesão da sociedade repousa no valor e no respeito pela palavra”⁹. A fala é considerada a materialização das forças; assim, o próprio ser humano é a palavra. Ela encerra um testemunho, e um testamento, daquilo que o humano é, e, por isso, ele está ligado à palavra que exprime. É ela uma averbação de compromisso com o que se profere. Diante da importância conferida à oralidade, o mesmo Hampâté Bâ dirá, em outro texto, que na África “cada ancião que morre é uma biblioteca que se queima”¹⁰. A oralidade, como uma importante dimensão de fonte histórica, exige técnicas diferenciadas para reconstituição do passado. Essa ancestral, essa *griotte*, é a guardiã da

⁹ HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. “A tradição viva”. In: KI-ZERBO, Joseph. **História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 168.

¹⁰ HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. **Amkoullel, o menino fula**. São Paulo: Palas Athena: Acervo África, 2013, p. 10.

memória e como a constituição da própria anamnese é responsável por compartilhar com os demais o conhecimento acumulado:

[...] a memória das pessoas da minha geração, sobretudo a dos povos de tradição oral, que não podiam apoiar-se na escrita, é de uma fidelidade e de uma precisão prodigiosas. Desde a infância, éramos treinados a observar, olhar e escutar com tanta atenção que todo acontecimento se inscrevia em nossa memória como cera virgem¹¹.

Tradicionalmente as *griottes* inscrevem pela oralidade aquilo que deve permanecer embutido na memória e no espírito do indivíduo, seja um familiar ou um conterrâneo. Ela é também uma artista, porém, mesmo enquanto artista, seu principal feito está em ligar profundamente a identidade pessoal ao sentido da existência individual e coletiva, de forma a manter as raízes sedimentadas no passado e em seus predecessores. No espaço quimérico da diáspora muitas reflexões sobre o sentido das identidades, em um aspecto mais amplo, sociocultural, sobretudo no contemporâneo, têm se fortalecido e se transformado em um permanente movimento de mediação, incorporação, negociação, transmutação, ressignificação, acepção, transferência, mas também de resistência e tradição. Contrariamente ao que se imputava em décadas anteriores, as identidades estão atreladas a vicissitudes e não a estagnações. O movimento da mudança, natural ao sentido da própria existência, e visto aqui como parte do processo de

¹¹ HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. **Amkoullel, o menino fula**. São Paulo: Palas Athena: Acervo África, 2013, p. 11.

constante observação dos acontecimentos que institui a griotagem, é o que transforma nossas autoras em contadoras de seus dias.

Se considerarmos as tentativas de fixação de significados alicerçados na escravidão/opressão e racismo, outorgados a mulheres e homens pretos, e sustentados ininterruptamente em nossa sociedade, observaremos os constantes movimentos de resistência a tais artifícios, para os quais a linguagem é uma fundamental ferramenta do poder. Neste sentido, por decorrência do regime da dor e da supressão do discurso pela opressão, vamos nos deparar com as evidências de atuação de mulheres negras como agentes históricas e, muitas vezes, assumindo diversos lugares de protagonismo desde os crimes no Atlântico Negro. Como gesto empreendedor de si e do (novo) mundo, o ato de re-contar nossa fabulação histórica inaugural tanto acessa uma memória ancestral, que se quer invisibilizada, quanto gesta novos inícios, ao deslocar e problematizar os sentidos então construídos como verdadeiros, posto que, enquanto discurso para fins de manutenção do poder pela opressão e supressão, foram narrados com este fim.

A artista interdisciplinar, autora, teórica e psicóloga Grada Kilomba diz, quanto ao gesto de tomar a fala para si, que é um modo de “tornar-se um sujeito”, pois se trata da “realidade do racismo diário contado por mulheres negras baseado em suas subjetividades e próprias

percepções”¹². Ao optarmos por destacar a obra de Maria Firmina dos Reis, e mais especificamente o romance *Úrsula*, de 1859, queremos evidenciar a verticalização de um juízo extremamente crítico presente em seu trabalho. Firmina elabora uma construção narrativa onde os escravizados refletem sobre si mesmos e sobre a vida a que estão subjugados. A consciência sobre suas condições de escravizados e a lucidez de suas ações e palavras evidencia um tipo de narrativa que diverge da hegemônica, e que cria ruídos na lógica social hierárquica sustentada pelo cientificismo e pelo determinismo racial.

O romance *Úrsula* (2018) está imerso nas condições e implicações da sociedade que o produziu, as cercanias práticas de 1859, mas, e por isso mesmo, estabelece ponderações desafiadoras e distópicas sobre o humano e o social, que o caracterizam em suas bases estruturais. A partir de um ponto de vista próprio Maria Firmina dos Reis se coloca como observadora atenta de seus dias; como aquela que tem por ponto de observação estratégico a fresta produzida pela porta dos fundos. Os ecos que é capaz de produzir a partir deste lugar inauguram um saber-fazer que é operado por correções de sentidos, deslocamentos, (des)construção, pilhagem, confronto, ressignificação e criação – é corpo estendido no tempo.

Observar o discurso de Maria Firmina dos Reis nos espaços produzidos por *Úrsula* (2018) é entendê-la como sujeito político, capaz

¹² RIBEIRO, Djamil. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017, p. 17.

de suscitar reflexão sobre as várias possibilidades de ser negra, e preto; de ser mulher, e ser mulher e negra; e, além disso, de ser mulher e negra e brasileira. É neste ponto, de forma mais imediata, que Lélia Gonzalez (1935-1994) parece-nos vestir-se do mesmo gesto *griotte* que está ativo em Maria Firmina dos Reis durante sua empreitada estética. Sendo a palavra, para muitos povos de tradição oral, a força do ser materializada, ela é a própria substância da criação. Através da palavra, Maria Firmina dos Reis e Lélia Gonzalez narram uma realidade outra, divergente da introduzida pelas elites coloniais no Brasil, e se inscrevem no mundo através dela. Assim, no sentido da griotagem, os textos e falas de Lélia indicam quem ela é, da mesma maneira que a escrita de Maria Firmina aponta uma declaração acerca dela mesma. Ambas são intérpretes de seu tempo e de sua gente. A palavra é a própria mulher, e certamente elas são muitas:

É importante insistir que no quadro das profundas desigualdades raciais existentes no continente, se inscreve, e muito bem articulada, a desigualdade sexual. Trata-se de uma discriminação em dobro para com as mulheres não-brancas da região: as amefricanas e as ameríndias. O duplo caráter de sua condição biológica — racial e sexual — faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista-dependente. Justamente porque este sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo, dada sua posição de classe, ameríndias e amefricanas fazem parte, na sua grande maioria, do proletariado afrolatinoamericano¹³.

¹³ GONZALEZ, Lélia. “Por um feminismo afrolatinoamericano”. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988d, p. 17.

A autora de *Úrsula* o descreve como um “romance original brasileiro”. A simples descrição já o evidencia como um empreendimento audacioso, por tratar-se de um romance então produzido em terras nacionais, além de revelar-se como uma obra que reflete as questões inerentes à sociedade brasileira, no calor dos acontecimentos do período. Além disso, *Úrsula* é um romance produzido pela exceção inaugural, subtexto para vastas interpretações. Assim, a “originalidade” que reivindica as páginas iniciais do livro se dá em muitas vias. Ao cruzarmos a definição inicial “romance original brasileiro” com o conteúdo do livro, que evidenciaremos mais à frente, uma hipótese está posta: existe uma proposta de nacionalidade que incorpora identidades díspares, pintada em novos tons e contornos.

Há, na investida da autora, um estranhamento do próprio sentido da identidade brasileira postulada pelas produções literárias a partir das décadas seguintes. Anos antes de uma formulação ficcional específica a respeito do que seria esta identidade nacional, Firmina se propõe a ousadia de incluir em sua narrativa personagens pretos e mulheres. Nela, ambos são sujeitos e objetos dignos de reflexão¹⁴. A formulação da identidade em nosso país, se adotarmos as formulações historiográficas consagradas pelos historiadores paulistas da década de

¹⁴ Maria Firmina dos Reis trabalha estas identidades em outras obras de sua autoria, como, por exemplo, nos contos *A escrava* (1887) e *Gupeva* (1861/1862). Neste último, a escritora desenvolve uma narrativa indianista, revelando também uma preocupação com esta outra perspectiva.

1930 (principalmente Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior), decorre de um processo de construção histórica, cultural e política que remete a Independência, em 1822. Processo em que homens brancos estabeleceram centralidade histórica para fins de manutenção de controle e poder econômico. Tal período é marcado por extremo nacionalismo e pelas mais vastas investidas em uma ficcionalização de nação, uma metanarrativa hegemonicamente construída que exclui pretos e índios, assim como suprime a participação das mulheres, para celebrar a figura do colonizador como herói e do branco como síntese do brasileiro.

Indo na contramão de uma literatura que se concretiza como projeto de Estado – projeto político de construção do sentido de nação e identidade, de aculturação e domínio, e, desta maneira, relativo às questões sociais no campo dos direitos – Firmina incorpora à forma do romantismo um discurso corrosivo, e acaba por inocular no bojo da nação, não apenas o europeu e o indígena, mas o afro-brasileiro, além de evidenciar o jugo a que mulheres estão submetidas dentro do sistema patriarcal. No romance, os personagens pretos não estão apenas expostos como elementos meramente pictóricos de fundo de quadro, que servem para compor a diegese da cena branca com ares de tropical, e que porta, evidentemente, certo tipo de enquadramento, a fim de direcionar o olhar de quem o observa. O sujeito preto na escrita de Firmina não é exposto como objeto de uso, força de trabalho ou

como “mercadoria humana”¹⁵, mas como personagem da narrativa, no complexo de suas subjetividades. Da mesma forma, as mulheres aparecem como um pilar do sistema opressor que sustenta a sociedade servil.

A começar pela narrativa negra, a formação subjetiva moldada na experiência de uma vivência feita negra está apresentada na literatura de Firmina. Ao construir personagens como Preta Susana (a velha escravizada), Túlio (o preto forro) e Antero (escravizado), na humanização destes e em suas camadas de subjetificações, dá-se a inserção da matriz negra como enxerto nesta árvore genealógica imaginada, já nascida segmentária. A experiência da negação, do trauma e do trânsito são constantes que definem estes personagens. Elas marcam e moldam as construções das personagens como constituintes de suas individualidades. Firmina traz o escravizado para o centro da discussão, fazendo dele mesmo o portador de um discurso que lhe é próprio. Portanto, se existem sujeitos portadores de vozes singulares, marcados por aspectos culturais, dotados de uma consciência e um saber, identidades e subjetividades estão implicadas. Tanto o próprio sentido de nação é complexificado, sua ideia de unidade alterada, bem como a noção de importância temática e centralidade questionada.

Ao subverter as expectativas do romance, conteúdo e forma se (des)alinham pelo atrito, deixando vazar, pelos deslocamentos

¹⁵ REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**: romance; A escrava: conto. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018, p. 103.

implícitos, a contestação proveniente de um olhar crítico ao sistema econômico-político que constitui a sociedade. Pelo conteúdo a autora transtorna a forma, provocando uma espécie de estranhamento na experiencição da leitura. Como elabora Ricardo Piglia (1994), os discursos deslocados ou condensados em palavras e expressões revelam uma segunda história. É por este viés que vemos sustentado o projeto estético-político de Maria Firmina dos Reis, que ao apontar a voz de pretos e denunciar as violências cometidas contra as mulheres aproxima pretos e brancos, humaniza pretos e brancos, expondo também a igreja como cúmplice da escravidão, do assassinato e do extermínio. Desta forma, a autora propõe imagens, transpõe sujeitos sociais, relativiza e disputa narrativas. A estruturação do racismo e do sexismo como performance de dominação se revela na perspectiva de Firmina, e o que se evidencia a partir disto é sua necessidade de fazer de sua escrita instrumento de denúncia e ferramenta de transformação.

Na primeira edição de *Úrsula* Maria Firmina dos Reis assina como “Uma Maranhense”, o que provoca certo ruído na mentalidade social, ao já se distanciar da centralidade atribuída ao sexo masculino e potencializar a dupla-inscrição de um Maranhão feminino na então “seleta” seara dos fazedores de cultura da nação, marcando tanto uma questão de gênero quanto regional. Por razões que o patriarcalismo explica, Firmina omite o nome, mas compartilha o gênero no qual se insere ao adotar o artigo indefinido “uma”. No posicionamento em relação às condições político-sociais impostas às mulheres, assume o lugar de primeira romancista negra brasileira. No ápice do

Romantismo, onde a escrita era um privilégio de homens brancos, uma mulher negra e independente economicamente se dispõe a publicar um romance; e não apenas um romance, uma escrita de perfumaria, mas um romance abolicionista.¹⁶ Estrategista, ela utiliza como instrumento de sua pedagogia da consciência um formato atual, de fácil entendimento e adesão junto à sociedade, bem como de circulação facilitada entre as mulheres, público que certamente queria atingir:

Não a desprezeis, antes amparai-a nos seus incertos e titubeantes passos para assim dar alento à autora de seus dias, que talvez com essa proteção cultive mais o seu engenho, e venha a produzir coisa melhor, ou, quando menos, sirva esse bom acolhimento **de incentivo para outras**, que com imaginação mais brilhante, com educação mais acurada, com instrução mais vasta e liberal, tenham mais timidez do que nós¹⁷.

A visão de mundo pautada no individualismo, característica do Romantismo, em *Úrsula* (2018) ganha camadas adicionais: no rol das individualidades emergem, desde a assinatura, um ponto de vista feminino (“Uma Maranhense”; grifo acima), incluindo o conteúdo (existência de personagens como Úrsula, Luiza B., Adelaide), e também um ponto de vista afro-brasileiro (na construção de Túlío), além de um

¹⁶ Conforme TED ministrado pelo professor Eduardo de Assis Duarte, na Festa Literária das Periferias (FLUP) de 2018, acerca das últimas pesquisas sobre o tema, além do pioneirismo no que diz respeito à asserção abolicionista, podemos acrescentar que, muito provavelmente, a obra de Maria Firmina dos Reis é o primeiro romance deste teor escrito em português, e talvez o primeiro romance abolicionista das Américas.

¹⁷ REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*: romance; A escrava: conto. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018, p. 26, grifo da autora.

ponto de vista africano (através de Preta Susana e Antero), sem esquecer, com décadas de antecedência a esta discussão, de um recorte feminista que poderíamos considerar como sendo de gênero e raça, ao elaborar a especificidade de ser mulher e negra no Brasil. A interseccionalidade está traduzida na experiência da escravizada Preta Suzana, personagem que em si revela muito da força do romance de Maria Firmina dos Reis.

Os dramas pessoais característicos do gênero romance como prática artística, as tragédias de amor, as ideias utópicas, os desejos de escapismo, os amores platônicos ou impossíveis, ganham pelas mãos da escritora os contornos da tragédia imputada às mulheres no cerne da sociedade patriarcal em questão, bem como da tragédia constitutiva do escravismo como objetificação dos corpos de mulheres e homens pretos, presos à natureza do saque, do horror e da morte. A autora introduz uma subjetividade para um “eu” que é um eu “outro”, tido como não igual. O “voltar-se para si”, tão característico dos romances românticos, inclui em *Úrsula* também um “eu” que se constituiu dentro de identidades estigmatizadas, marcadas por certas experiências, visões e leituras de mundo. Desde aqui, as vozes periféricas são, para Maria Firmina dos Reis, centralidade.

O prólogo de *Úrsula* (2018) nos posiciona em relação aos aspectos do romance, mas vai além, advertindo quanto às idiossincrasias da escrita que lhe dá forma, ao apontar um objetivo real: motivar outras mulheres a escreverem. A maneira como Firmina inicia esta pedagogia da consciência evidencia um fazer ladino, que, ao colocar em atrito

conteúdo e forma, possibilita que a estética não esteja esvaziada da vida, mas que seja determinada por ela, e também determine sobre ela, na medida de sua notação sobre a existência, borrando assim a normatização de um sistema organizador de corpos a partir de interesses hierarquizados.

Não é a **vaidade** de adquirir nome que me cega, nem o **amor próprio de autor**. Sei que pouco vale este romance, porque **escrito por uma mulher, e mulher brasileira**, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, **que aconselham, que discutem e que corrigem**, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo¹⁸.

O texto, ao sugerir a vaidade, o ego e a arrogância dos autores “ilustrados” insinua certa “humildade” por parte da autora; entretanto, pela força do explícito convite à escrita feminina, além do enredo que encontraremos adiante, esta insinuação pode ser lida como ironia. Se considerarmos a história pessoal de Firmina entenderemos que o cabedal cultural da autora não pode ser “quase nulo”. Ela é uma mulher autodidata, que traduz do francês para o português, que sabe música; trata-se da primeira professora concursada do Maranhão, para citar apenas parte de sua experiência. A autodeclaração acaba por chamar atenção às considerações cerceadoras dos “homens do saber”. Evidentemente, dentro do que é valorizado socialmente como cultura

¹⁸ REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**: romance; A escrava: conto. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018, p. 25, grifos da autora.

(a europeia/branca) e como conhecimento outorgado, Firmina não se enquadra; ela nem sequer é quem pode reter algum tipo de cultura, conhecimento ou talento para a escrita. Porém, como boa estrategista, se apresenta exatamente como a sociedade espera: expõe-se como uma ignorante e parece brincar com as palavras ao fazer isso. Maria Firmina dos Reis assume a personagem que lhe cabe para então poder dizer o que pretende, colocando a lógica dominadora a serviço do que deseja, e não o contrário.

Mas era praticamente impossível para uma mulher expor sua opinião contra a escravidão – ainda mais uma mulher negra. Foi a estabilidade e o respeito alcançados como professora que abriram espaço para Firmina lançar seu primeiro livro, o romance *Úrsula*, no qual enfim exporia seu ponto de vista sobre o tema¹⁹.

A escritora espera que desconsiderem sua “incapacidade”, porque interessa a ela que sua “Úrsula, tímida e acanhada, sem dotes da natureza, nem enfeites e louçanias de arte”²⁰ motive outras mulheres, em melhores condições do que ela. Ressalta ainda, por algumas vezes, e a isto atribuindo valor, a condição biológica maternal da mulher, onde as “graças feminis”, certa “beleza frágil” e “domesticada” (aqui atrelada a uma beleza branca presente nas descrições das mocinhas românticas), são substituídas por força, e uma força altruísta muito própria das mães.

¹⁹ D’ANGELO, Helô. “Quem foi Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira romancista brasileira”. **Revista Cult**, 10 de novembro de 2017. Acessar em: <https://revistacult.uol.com.br/home/centenario-maria-firmina-dos-reis/>

²⁰ REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*: romance; A escrava: conto. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018, p. 26.

À fraqueza, socialmente atribuída à natureza do próprio corpo feminino, um corpo exposto ao controle masculino também por sua capacidade de gerar a vida, Firmina atribui força. De forma poética, transmite a ideia do romance como fruto de sua criação-gestação. A Úrsula que Firmina gera, de passos incertos e titubeantes, é ainda fruto das dores que ela encerra em si para depois a ofertar ao mundo, em formas estéticas, como fruto de suas próprias afetações, onde palavra e experiência se relacionam na transfiguração da realidade.

Mais adiante ela vai pontuar que a obra é fruto da imaginação, mas que ainda assim, não se vê capaz de conferir colorido à história. No entanto, como leitores, podemos nos perguntar: o que a imaginação de uma autora não seria capaz de colorir? O que poderia embotar a imaginação de uma escritora, esta que é supostamente livre e que é capaz de, pela sua capacidade e força inventiva, representar e criar imagens e novas realidades? Talvez seja isso exatamente: a concretude da realidade, o impeditivo da imaginação. O mundo ocidental, patriarcal e escravocrata “da autora de seus dias”²¹, que no calor das questões do século XIX, se angustia de que seu país seja ainda um país escravocrata (e seria o último a deixar de sê-lo). Esta condição de castração, na forma do mundo visível, talvez seja o algoz das potencialidades do invisível, onde também esta dimensão não palpável do existir torna-se cativa da tragédia. A vida narrada em *Úrsula* tem esses contornos de embotamento, é cinza, sombria, sem possibilidades,

²¹ REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*: romance; A escrava: conto. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018, p. 26.

nela as chances de felicidade e de futuro não cabem nem mesmo na literatura.

Para se fazer aceita, Firmina pede “licença”, como uma boa iniciante, com o intuito de ser lida. Sua condição até agora apenas se revela em sua porção feminina, nordestina, mas não ainda em sua pertença negra. Ao contrário do que faz parecer inicialmente, ao se revelar mulher, e mulher brasileira, ela não está se colocando como inferior, mas entendendo a necessidade de afirmar sua identidade como uma valoração de si, buscando parecenças e compatibilidades com outras mulheres, as quais, como vimos, convoca à atitude política. O texto se assemelha a uma provocação, já que analisa e tece juízo crítico sobre o que lhe cerca. O recurso do qual se utiliza, ao se fazer pequena e inculta, dá a impressão de solicitar a complacência do público, mas aplica uma rasteira ao apontar o julgamento de quem a limita pela aparência, ancorado nos códigos de uma hierarquia colonial. Para isso reforça a soberba dos que se consideram alguma coisa, os tais homens “que aconselham, que discutem e que corrigem”²².

Segundo Lélia Gonzalez (1988), o racismo se constitui “como a ‘ciência’ da superioridade eurocristã (branca e patriarcal), na medida em que se estruturava o *modelo ariano* [sic] de explicação”²³. O racismo, sendo esta tecnologia da opressão onde toda a sociedade se alicerça,

²² REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**: romance; A escrava: conto. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018, p. 25.

²³ GONZALEZ, Lélia. “A categoria político-cultural de amefricanidade”. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988, p. 71.

através da constante clivagem dos corpos e saberes, do regime de produção do medo, da negação, do separatismo e da exclusão, se remodela e reconfigura sobre suas bases ideológicas iniciais de sustentação. Em uma entrevista de 1985, a intelectual afirmou que as classes dominantes brasileiras (donos de terra e intelectuais a serviço dessas classes) não abrem mão do poder. Assim, não trabalham de fato a construção de uma identidade brasileira, que em termos reais de nacionalidade, implica a incorporação da cultura negra nas bases fundamentais de sua constituição (2000):

Enquanto a questão negra não for assumida pela sociedade brasileira como um todo, negros, brancos e nós todos juntos refletirmos, avaliarmos, desenvolvermos uma práxis de conscientização da questão da discriminação racial neste país, vai ser muito difícil o Brasil chegar ao ponto de efetivamente ser uma democracia racial²⁴.

No trecho acima Lélia Gonzalez pondera sobre a importância de indivíduos brancos participarem da reflexão quanto às estratégias ideológicas para manutenção de uma hegemonia pautada em alicerces escravocratas e coloniais. Nesta mesma reflexão ela chama atenção para o fato de que a partir da Independência o indígena passe a ser tomado como figura a ser celebrada miticamente:

²⁴ GONZALEZ, Lélia. “[A democracia racial: uma militância](#)”. Entrevista à **Revista Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas** (SEAF), em 1985, republicada em **UAPÊ: Revista de cultura**, n.º 2 – “Em cantos do Brasil”, abril de 2000, p. 1.

[...] nesse projeto dessa nação homogênea, atribui-se uma ancestralidade indígena, porque eles já haviam liquidado com muitos índios, todos na costa brasileira. Já não havia ninguém para contar a história, tinham sido expulsos para as regiões mais inóspitas do país. É um processo complexo a busca da legitimação de uma identidade a partir de uma ancestralidade indígena, justamente porque esse índio não está mais aí²⁵.

Ainda no mesmo texto, Lélia Gonzalez evidencia o fato de que a partir de uma maturação política (e aqui estamos falando de sua atuação no Conselho Nacional para a Defesa dos Direitos Femininos, e também de seu desempenho na militância de rua, nos movimentos negros, bem como em seu exercício de intelectual acadêmica), agindo nos limites do oficial e do marginal, há a percepção de que alguns efeitos foram produzidos. De acordo com ela, a sociedade brasileira mudou, houve um processo de transformação, evidente não apenas nos avanços vistos publicamente, mas também pelos grandes problemas de dívida, desemprego, entre outros. No entanto, considera necessário estar atenta aos processos que ocorrem dentro dessa sociedade, não apenas em relação ao preto, ou à mulher, mas quanto ao processo global, e assim atuar no interior dele, com intuito de desenvolver as estratégias de luta efetivas. Lélia se mostra preocupada com possíveis estagnações e retrocessos que tentam forçar um tipo de caráter estático à dinâmica social.

²⁵ GONZALEZ, Lélia. “[A democracia racial: uma militância](#)”. Entrevista à **Revista Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas** (SEAF), em 1985, republicada em **UAPÊ: Revista de cultura**, n.º 2 – “Em cantos do Brasil”, abril de 2000, p. 1.

Quando Firmina, em *Úrsula*, no prólogo que citamos se “encaixa” no modelo da incapacidade, assumindo essa persona idealizada nos conformes senhoriais, acaba evidenciando a necessidade de se enquadrar em um estereótipo pré-determinado para si, imaginado socialmente nas formas do escravismo. No mesmo sentido, quando Lélia, em muitos de seus textos, propõe novas bases epistemológicas e confronta a hierarquização do saber, maneja ferramentas às vezes similares, às vezes distintas das de Firmina, mas com o intuito forjado em uma mesma inquietação. Ambas se encontram nas estratégias, nas sutilezas, no jogo, se utilizando de uma escrita contestadora e desafiadora. Como resposta e possibilidade de atuação frente ao movimento dialético social, que atinge níveis cognitivos e físicos, elas se valem da noção de estratégia sempre presente nas lutas populares.

A considerar pelo prólogo, Maria Firmina dos Reis procura entradas para uma conexão escritora-leitora/leitor. Ela se apropria de um imaginário colonial “pré” e desloca o sentido a partir dele, provocando outro. Parece zombar daqueles que a classificam e implicitamente questionar as narrativas que a encapsulam dentro de um atributo de inferioridade, em um quadro infra-humano. No pensamento de Lélia Gonzalez, quanto ao intelecto, os que possuem o privilégio social possuem também o privilégio epistêmico. O que se estabelece é uma hierarquização dos saberes como produto da classificação racial da população. Firmina dá forma estética ao pensamento que, em Lélia, pode ser evidente: a noção de que a posição de privilégio que os brancos ocupam é fruto não de uma superioridade

racial (o que inclui o intelecto), ou mesmo de um suposto estágio elevado de sua humanidade, mas da exploração do homem pelo homem, da espoliação cultural, do apagamento de memórias, do extermínio – de gentes e culturas. Uma economia e uma sociedade fundada na dependência do outro.

Como pensamento estruturante, é necessário apontar para as evidências de que o sistema de opressão que circunscreve Firmina a um pretense quadro de incapacidade é o mesmo ao qual fervorosamente se opõe à ativista Lélia Gonzalez. O sistema de clivagem social que baliza a sociedade se mantém e se reelabora em novos ciclos, que são sempre os mesmos em novas roupagens, às vezes muito pouco criativos. Eles dão a Firmina os subsídios para escrever, como que por antecipação, um romance que, em seu encerramento, evidencia a morte/o extermínio dos sujeitos subalternizados e/ou contrários ao sistema despótico, a vulnerabilidade feminina, além da ausência de expectativas. A engenharia altamente perversa e sofisticada, tão arquitetadamente engendrada em nosso tecido social, combina diversas violências que agem intercambiadas em doses cavalares de coação e tirania, nas formas do racismo, classismo, sexismo, misoginia e do preconceito – o horror absoluto.

Como resposta, o fazer de intelectuais negras está em uma constante busca por novas geografias da razão, fomenta a criação de outras cosmogonias, promove o interesse e a necessidade por acessar novos/velhos saberes, além de incluir subjetividades ao campo do estético. Na busca irreversível, atrelada ao combate à homogeneização

e à padronização do conhecimento, mulheres negras não apenas não se reconhecem como também se veem descredibilizadas ao terem suas vozes desautorizadas. Portanto, o gesto de definir-se é um *status* determinante de fortalecimento da questão, ao sinalizar e demarcar possibilidades de transcendência da norma colonizadora. Neste sentido, o corpo de Firmina, um corpo *negra*, como palavra e na palavra, toca em outros corpos e comunga/compactua com eles novas geografias do saber. Firmina, como que no centro de um rizoma, autoriza outras vozes, retira a máscara de Flandres que ao impedir e desautorizar a voz feminina negra, aposta no gesto capaz de produzir eco, e sonhar mulheres-ecos.

**ESTA É UMA AMOSTRA DESTE LIVRO.
O CONTEÚDO DELE CONTINUA.**

Esta degustação faz parte da

Campanha de Financiamento Coletivo

Deste livro que está disponível na plataforma Benfeitoria

Participe desta campanha e receba seu exemplar!

www.benfeitoria.com/dialogoscommariafirmina